

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA AMÉRICA LATINA

Walter Belik*

Luciana Rosa de Souza**

Este estudo visa discutir o papel dos programas de alimentação escolar, na execução de políticas de segurança alimentar. Analisa as inter-relações entre os programas de alimentação escolar no âmbito educacional e os aspectos vinculados ao desenvolvimento local, além de traçar um panorama da situação dos programas de alimentação escolar na América Latina. O objetivo direto deste trabalho é sugerir que os programas de alimentação escolar podem ser mais bem utilizados como instrumento de promoção da segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Programa de Alimentação Escolar; América Latina; Desenvolvimento Local; Educação.

SOME REFLECTIONS ON THE SCHOOL FEEDING PROGRAMS IN LATIN AMERICA

This study examines the role of school meals programs in the context of Food Security policy. The paper presents the relationship between school meals and nutrition, school attendance and local development. As seen, the school meals programs could be applied in many aspects to promote the food security.

Key words: School Meals Programs; Latin America; Local Development; Education.

ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE LOS PROGRAMAS DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR EN AMÉRICA LATINA

Este estudio tiene como objetivo examinar el rol de los programas de alimentación escolar en la ejecución de las políticas de seguridad alimentaria. Examina la relación entre los programas de alimentación escolar en los aspectos educativos y relacionados con el desarrollo local, además de hacer una evaluación de la situación de la Merienda Escolar en América Latina. El objetivo directo de este trabajo es sugerir que los programas de alimentación escolar pueden ser mejor utilizados como herramienta para promover la Seguridad Alimentaria y Nutrición.

Palabras-clave: Programa de Alimentación Escolar; América Latina; Desarrollo Local; Educación.

QUELQUES RÉFLEXIONS SUR LES PROGRAMMES D'ALIMENTATION SCOLAIRE EN AMÉRIQUE LATINE

Cette étude s'agit à discuter le rôle des Programmes d'Alimentation Scolaire dans l'exécution de politiques de Sécurité Alimentaire. Il analyse les interrelations entre les Programmes d'Alimentation Scolaire dans les contextes scolaire et les aspects liés au développement local, au-delà de tracer un

* Professor associado do Instituto de Economia (IE) e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa) da Universidade de Campinas (UNICAMP). *E-mail:* belik@eco.unicamp.br

** Doutoranda do IE da UNICAMP. *E-mail:* lurossasz@gmail.com

panorama de la situation des programmes d'Alimentation Scolaire en l'Amérique latine. L'objectif direct de ce texte est suggérer que les Programmes d'Alimentation Scolaire puissent mieux être utilisés comme instruments de promotion de la Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle.

Mots-clés: Programme D'alimentation Scolaire; Amérique Latine; Développement Local; Éducation.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute a importância dos programas de alimentação escolar (PAEs), enquanto ações privilegiadas de política social no âmbito da segurança alimentar e nutricional, considerando os seus transbordamentos para a área educacional e para o desenvolvimento das localidades. A preocupação que motivou este estudo deriva da observação de estudos de caso e de estudos generalizados que indicam que os programas de alimentação escolar têm sua implementação frágil e não têm chegado à população que mais necessita. Conforme dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2007a), apenas 1,1% do gasto social associado ao produto interno bruto (PIB) tem sido direcionado aos programas de alimentação, nos quais se insere a alimentação escolar. Na realidade, podemos inferir que, caso estes programas pudessem ser aplicados de forma universal, seus efeitos poderiam ir além do simples aporte alimentar.

As políticas sociais, quando dirigidas de forma intensiva para o apoio a programas de alimentação escolar, podem gerar enormes ganhos, não apenas em termos de eficiência na gestão dos recursos públicos, mas também para a educação, a saúde e o desenvolvimento local, além dos seus impactos diretos sobre a segurança alimentar. Estes aspectos particulares foram demonstrados por Infante Barros (2005) em levantamento realizado no Chile, México e Brasil, além de outros estudos englobando as experiências locais no Brasil que apontaram na mesma direção. Vale lembrar que, por reforçar os aspectos da produção e do consumo local, preservando hábitos alimentares, os PAEs têm capacidade de promover o que se costuma denominar soberania alimentar das comunidades (CHONCHOL, 2005).

De fato, os PAEs são capazes de gerar meios para desenvolver a produção local, desvinculando-a de crises setoriais e mantendo regularidade nas rendas da comunidade, ao mesmo tempo em que se garante o abastecimento alimentar. Em cenários de alta nos preços dos alimentos, a dinamização local por meio da agricultura familiar pode ser um caminho para evitar crises de abastecimento e falta de produtos essenciais à alimentação. Ademais, “(esses programas) podem cumprir um papel relevante na rede de proteção social devido a sua alta capacidade de responder em momentos de crise” (DUKE UNIVERSITY, 2005, p. 26).

Este artigo usará o caso do Brasil como exemplo bem sucedido – mas não acabado – de um programa de alimentação escolar que serve como referência para toda a região, já que possui um desenho mais avançado, além de ter cobertura universal.

Um total de quase 20 países da América possui programas de alimentação escolar; porém, muitos programas não passam de pequenas ajudas que são transferidas a certas escolas de regiões carentes em algumas épocas do ano. Em outros casos, a quantidade de alimentos utilizada nas merendas é tão pequena que proporciona baixos resultados em termos nutricionais.

O objetivo mais direto deste trabalho é sugerir que os programas de alimentação escolar podem ser mais bem utilizados como instrumento de promoção da segurança alimentar e nutricional. Argumentamos que na América Latina tal instrumento não tem sido bem aproveitado em função do seu baixo alcance sobre a população mais necessitada e do valor relativamente reduzido das suas transferências. Mesmo no Brasil, considerado exemplo na implementação dos PAEs, os resultados medidos em termos de impacto direto ou na percepção da segurança alimentar são reduzidos ou não foram avaliados (FAO, 2006, p. 4). As constatações a respeito do impacto do PAE no Brasil são provenientes de levantamentos realizados com base na aplicação de questionários segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), feita em 2006.¹ De toda forma, o poder que estes programas possuem para dinamizar a renda dos produtores locais, e outros elementos ligados à educação e à saúde nas comunidades, enseja a sua grande capacidade de atuar como política social conforme apontado por estudo de Belik e Chaim (2009).

O presente artigo foi dividido em cinco seções: a primeira seção é esta introdução; a segunda analisa a literatura buscando identificar os impactos dos PAEs nas economias locais; a terceira discute os pontos de contato que podem ser estabelecidos entre educação e alimentação escolar; a quarta traça um panorama geral dos programas de alimentação escolar na América Latina, desde a década dos 1990. Ressalta-se que o exemplo do PAE brasileiro perpassará todo o texto, devido a seus aspectos de universalidade na oferta do serviço e seu desenho orientado para a dinamização da economia em nível local. Por fim, na quinta seção, temos a conclusão.

2 A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: EVIDÊNCIAS DO CASO BRASILEIRO

O fornecimento de alimentação nas escolas é um processo descentralizado por definição, pois a matéria-prima ou mesmo as refeições prontas precisam chegar até as escolas, as quais estão distribuídas em um amplo espaço geográfico. A alimentação se dá em um espaço de grande dispersão, procurando atender o seu público

1. A Ebia foi adotada na PNAD aplicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006. Esta escala está baseada nos estudos de K. Radimer, da Universidade de Cornell nos Estados Unidos dos anos 1990. A escala de Radimer foi utilizada em diversos estudos patrocinados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, conhecida como *Household Food Security Survey Module* (HFSSM), tendo sido aplicada, com adaptações e após validação, em várias comunidades na Venezuela, na Colômbia, na República Dominicana, no México, na Bolívia, na Guatemala, no Brasil, no Burkina Fasso, em Gana, na Malásia e nas Filipinas (MELGAR-QUINOMEZ *et al.*, 2007).

beneficiário e, ao mesmo tempo, resguardar aspectos ligados aos hábitos alimentares de cada grupo envolvido. São muitas as dificuldades presentes no processo de obtenção dos alimentos utilizados e sua posterior distribuição para as escolas.

Evidentemente, para países que dependem de doações da cooperação internacional para atender as necessidades de alimentação diárias dos estudantes, torna-se difícil levar em conta a importância da preservação dos hábitos alimentares locais. O mesmo se passa no que se refere às estruturas centralizadas de compra e gestão dos recursos públicos. Em países mais burocratizados e com controles mais rígidos, quanto aos poderes provinciais ou municipais, são menores as possibilidades de descentralização destas compras. Como resultado, temos compras centralizadas, muitas vezes concentradas em algumas poucas empresas fornecedoras, o que termina por reduzir a capacidade de compras de alimentos nas próprias localidades.

Analisar o caso do Brasil nos permite entender como o sistema de alimentação escolar transitou de um formato focalizado em termos sociais e geográficos, com a compra centralizada, para um formato universal, com a aquisição de alimentos via compra descentralizada com base em sistemas locais de fornecimento.

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sofreu grande evolução em seus mais de 50 anos de vida. Em seu início, o PNAE era uma simples campanha voltada para algumas escolas durante alguns dias da semana. Seus suprimentos tinham relação direta com a disponibilidade proporcionada pelas doações de gêneros, provenientes da ajuda alimentar internacional e de programas como o Public Law (PL) 480 norte-americano.² Em 1979, este apoio assumiu caráter universal e ampliou-se por todo o território nacional. No início da década de 1990, o PNAE começou a estruturar-se estabelecendo algumas regras referentes às quantidades a serem fornecidas aos escolares, aos valores nutricionais e ao sistema de compras envolvido no fornecimento. Finalmente, em 1994, adotou-se a descentralização da gestão do programa, promovendo o seu controle por parte da sociedade civil e as compras por meio de sistemas locais de abastecimento.

Em 1994, o mesmo projeto de lei que descentralizou e *municipalizou*³ a merenda escolar recomendava a preferência de compra por produtos *in natura* e a priorização da produção local para reduzir custos. No ano de 1996, uma nova portaria passou a definir os critérios para aquisição de alimentos para

2. A PL 480 foi aprovada em 1954, nos Estados Unidos, e visava à compra de excedentes alimentares dos produtores para doação a países pobres. Internamente, a PL 480 representava um subsídio ao agricultor e uma forma de estabilizar os preços de mercado.

3. Essa lei tornou os municípios unidade responsável pela oferta da alimentação escolar, este fato foi um *divisor de águas*, pois foi por meio desta medida que se descentralizou a gestão da alimentação escolar no Brasil, colocando os seus mais de 5 mil municípios como responsáveis pela gestão e oferta da alimentação escolar.

a merenda escolar. Esta portaria acentuou a importância da comercialização de alimentos produzidos na região para incentivar a produção local, além de recomendar a aquisição de produtos que estivessem em período de safra na região. Ademais, indicava-se a necessidade de evitar a compra de alimentos de empresas do setor de alimentação.

As ações vinculadas ao PNAE, no modelo descentralizado, ou seja, após a municipalização da merenda escolar, centravam-se no estímulo ao associativismo e à profissionalização dos produtores agrícolas familiares. Neste modelo de administração, a prefeitura seria o agente promotor da associação entre alimentação escolar e desenvolvimento local. Entendemos que este desenho *descentralizado* do PNAE para promover o desenvolvimento local é o que apresenta maior funcionalidade, especialmente, para pequenos municípios. Com isso, é possível gerar estímulos sobre a pequena produção agropecuária que leva vantagens no que se refere à logística e ao preço/qualidade dos produtos para negociação local. Vale dizer, no entanto, que esta regra não se aplica à gestão da alimentação escolar nos grandes municípios e também para a compra de gêneros *não perecíveis* para os quais as aquisições em grandes quantidades podem representar uma redução de custos.

Informações recolhidas nas quatro edições do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, organizado pela organização não governamental (ONG) Ação Fome Zero,⁴ mostram que naqueles municípios que promoveram a compra de alimentos junto à agricultura e à agroindústria familiar ou ao pequeno comércio, ocorreram vantagens em termos de renda e emprego, além de propiciar uma alimentação saudável com manutenção dos hábitos alimentares regionais. Entretanto, esta opção por privilegiar os fornecedores locais sempre implicou grande esforço, seja no que se refere aos trâmites administrativos, ou mesmo no que diz respeito à reorientação das decisões de cunho político.

Em alguns casos bem sucedidos de municípios analisados pelo Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, já se possuía uma estrutura produtiva estabelecida e um sistema de distribuição constituído. Nestes casos, a gestão da merenda escolar era feita de forma rotineira e burocrática, até que, por algum motivo de crise, – como uma baixa nos preços de mercado pagos aos produtores locais, mudança nos fluxos dos mercados, ou mesmo por pressão exercida pelos produtores locais – a opção pela utilização das compras locais passou a ser adotada. Estes foram os casos da adoção do suco de laranja na merenda escolar na região de Bebedouro em São Paulo, do leite no oeste de Santa Catarina, do leite de cabra em Sergipe, da castanha do Pará em alguns municípios da Amazônia, do doce de coco em Quissamã no Rio de Janeiro e dos alimentos orgânicos em vários municípios analisados.

4. As informações sobre o prêmio podem ser verificadas no *site*: <www.premiomerenda.org.br>.

Corroborando com a perspectiva aqui levantada citamos estudos realizados por Infante Barros (2005, p. 12) nos quais há destaque para o sistema descentralizado de compras, praticado no nível da própria escola e os seus bons resultados junto à produção local, encontrados em países como a Colômbia, a Guatemala e a Costa Rica.

Em outros casos analisados, o avanço de programas de compra da agricultura familiar ocorreu de forma mais lenta, pois envolveu o que chamamos de *desenvolvimento* de fornecedores. Nestas situações, torna-se necessário identificar produtores, capacitá-los para atender aos requisitos de qualidade exigida, auxiliá-los na preparação de documentação e estabelecer rotinas de atendimento e de entrega. Normalmente, o desenvolvimento de fornecedores inicia-se na escola, com programas de educação alimentar e recuperação de tradições e hábitos locais apoiados ou incentivados pelo Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE). Em momento posterior, há o envolvimento de agrônomos, de assistentes sociais e do pessoal administrativo da prefeitura nas compras escolares.

Devido ao fato da legislação brasileira ser muito rígida, dificultando que os pequenos produtores participem dos processos licitatórios, cabe aos funcionários administrativos da prefeitura encontrar meios de contornar esta legislação para torná-la mais adequada ao regime de compras locais. Evidentemente, as possibilidades abertas pela legislação brasileira para a compra sem licitação são pequenas,⁵ mas sempre é possível utilizar o sistema de registro de preços,⁶ ou mesmo utilizar outras verbas orçamentárias ou extraorçamentárias para o desenvolvimento de programas e a compra da agricultura familiar, com repasses de outros programas estaduais e federais.

Em 2003, o governo brasileiro lançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com uma modalidade para a compra da agricultura familiar – sem licitação em montante de até R\$ 5 mil/ano – e posterior doação deste alimento para a merenda escolar. Mais tarde, esta modalidade foi subdividida em outras; entretanto, podemos resumir a atuação do governo neste particular em dois tipos: a compra de gêneros para doação simultânea e o programa de compra do leite, também orientado para doação. Em ambos os casos, as estatísticas não fazem diferenciação sobre o destino das compras, podendo ser utilizadas para a merenda escolar como também para doação a instituições de assistência social.

5. A Lei nº 8.666/1993 dispensa de licitação a compra de até R\$ 8.000,00 a partir da consulta de, no mínimo, três orçamentos.

6. Por um lado, esse sistema permite a compra de grandes quantidades, feita de forma paulatina e regular, a partir da escolha de um fornecedor com preço registrado mais baixo em período anterior, facilita a atuação do pequeno produtor, que não tem grandes quantidades a entregar de uma só vez, e torna desinteressante a participação do grande fornecedor, que tem de fazer várias entregas e prover a prefeitura de forma desagregada. Por outro lado, o sistema facilita ao órgão público comprar de outro fornecedor, caso o preço de registro apresente-se mais elevado em determinadas épocas do ano – períodos de safras, por exemplo.

Segundo Turpin (2008), foram gastos R\$ 619 milhões entre 2003 e 2008 com estes dois programas⁷ nos estados e municípios; porém, não se sabe ao certo quanto foi destinado à alimentação escolar. Em adição a estas cifras, vale mencionar que há ainda outro montante, operado diretamente pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que pode também ter recebido algum recurso dirigido para a merenda escolar.

O modelo ideal de utilização de fundos para a merenda escolar deve considerar dois aspectos importantes, a saber: *i*) preservar a capacidade de manter as compras da merenda escolar sob o controle do município – ou da escola; e *ii*) permitir que as compras de alimentos de pequenos produtores cadastrados e *desenvolvidos* para o fornecimento da merenda escolar possam alcançar valores maiores e mais significativos do ponto de vista comercial.

Para que essas medidas possam ser concretizadas, é preciso melhorar o aporte de alimentos destinados à merenda escolar. Atualmente, a legislação brasileira prevê que a merenda deve atender a 15 % das necessidades calóricas diárias e prover 9 g de proteína para a criança durante os 200 dias letivos do calendário escolar. Sabemos que estes valores reduzidos não poderiam alterar significativamente o quadro nutricional do público infantil. No entanto, com mais refeições e alimentação de melhor qualidade, as municipalidades necessitariam comprar mais, permitindo, assim, a manutenção de um volume significativo de alimentos a serem adquiridos da agricultura familiar.

Outra providência importante poderia ser o incentivo à criação de hortas escolares – administradas por famílias ou cooperativas de produtores – para oferta local. Para tanto, o poder público deveria disponibilizar áreas ociosas em terrenos municipais e áreas contíguas às escolas. Este é um elemento importante para o funcionamento de uma relação direta entre fornecedores e compradores, no que se refere à qualidade dos alimentos fornecidos. Ao mesmo tempo, a proximidade das áreas de produção permite o desenvolvimento de atividades escolares tendo a merenda – produção, relações de trabalho, conteúdo nutricional e outros elementos – como ponto de destaque.

Atualmente, o programa brasileiro atende um total de 37 milhões de crianças – pré-escola, ensino infantil e fundamental – com gastos da União, superiores a R\$ 1,5 bilhão. Estima-se que, com a incorporação dos estudantes do ensino médio – previsto para 2009 – ao PNAE, o gasto do governo federal deverá superar os R\$ 2 bilhões, atendendo a 45 milhões de alunos. Outra inovação importante deverá ser introduzida também em 2009, que é a diretriz estabelecendo percentuais para a compra local. Isto porque a legislação atual prevê que 70% do valor

7. Compra com doação simultânea e programa de compra do leite, ambos participam do Programa de Aquisição de Alimentos.

repassado devem ser utilizados para compra de *produtos básicos*, o que por si não é uma garantia de compra junto aos agricultores locais. Primeiramente, porque nem todos os municípios produzem tudo que é necessário, existem vários *municípios urbanos*. Em segundo lugar, muitos produtos básicos são industrializados, como queijos, carnes, farinhas, óleo de soja etc., na maioria dos casos os produtores locais não têm condições de fornecer estes bens em condições adequadas. Finalmente, há um problema de preços praticados; muitas vezes, a compra de produtos – mesmo aqueles da produção local – é mais barata quando feita por meio de empresas fornecedoras. Isto sem contar custos de transação envolvidos na operação com pequenos produtores.

Nesta seção, procuramos estudar os pontos de contato entre a alimentação escolar e a dinamização local, com base no exemplo brasileiro, cuja importância em termos de PAE na América Latina ainda será explorada na sequência deste estudo. A próxima seção busca traçar uma relação entre os programas de alimentação escolar e o aproveitamento educacional dos escolares beneficiados.

3 EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO

A valorização do espaço escolar como elemento para atração das comunidades e participação democrática provoca efeitos que vão além dos objetivos iniciais de criar uma unidade administrativa de menor tamanho para a gestão e o acompanhamento das políticas públicas. Nesses municípios, a escola funciona como ponto de encontro da comunidade promovendo a educação, a boa nutrição e a integração dos grupos mais vulneráveis. Dessa maneira, vislumbrar a escola como um verdadeiro centro de referência em segurança alimentar, tendo os programas de educação alimentar – municipais, estaduais ou federais – como seus condutores, poderia abrir um novo horizonte para que as comunidades pudessem participar de um novo desenho das políticas de segurança alimentar. A participação popular faculta o “empoderamento” dos atores e tem se tornado a “nova política da política pública” que, embora tenha raízes na preocupação neoliberal de reduzir a tutela do Estado nas decisões de política, promove a cidadania e tem grande potencial de revitalizar a democracia (GAVENTA, 2007). Portanto, não podemos vislumbrar os PAEs como unicamente voltados para alimentação e nutrição.

Muitas pesquisas foram realizadas sobre a efetividade dos programas de alimentação escolar em termos nutricionais, e a pergunta que tem balizado tais pesquisas é: qual seria o impacto da alimentação escolar em termos nutricionais? Segundo levantamento de Kristjansson *et al.* (2007), não seria possível apontar dados conclusivos a respeito do impacto da merenda escolar sobre a nutrição das crianças. Um mapeamento de 18 estudos realizados desde a década de 1920, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, mostra que os resultados variam

dependendo do grupo que está sendo analisado, da qualidade e da frequência dos alimentos fornecidos e de outras variáveis da conjuntura econômica envolvidas no processo. Pode-se concluir, entretanto, que, do ponto de vista da frequência escolar e da redução da repetência e/ou do abandono escolar, os programas de alimentação escolar representam um grande avanço.

No estudo de Kristjansson *et al.* foram analisados os impactos da alimentação escolar tanto em países de baixa renda como em países de alta renda:

Results for height from High Income countries were mixed, but generally positive. In low income countries, children who were fed at school attended school more frequently than those in control groups; this finding translated to an average increase of 4 to 6 days a year per child. For educational and cognitive outcomes, children who were fed at school gained more than controls on math achievement, and on some short-term cognitive tasks. School meals may have small physical and psychosocial benefits for disadvantaged children (2007, p. 8).

É bastante comum a associação das dificuldades de aprendizagem em crianças em idade escolar com insuficiência na aquisição de micronutrientes. No trabalho de Kristjansson *et al.* (2007), ficou clara a capacidade dos programas de alimentação escolar em ajudar a minimizar os impactos negativos da desnutrição sobre o processo de aprendizagem. Os autores consideram que os programas de alimentação escolar podem ter como objetivos: aliviar a fome no curto prazo (ALLEN, 2001 *apud* KRIJSTJANSSON *et al.*, 2007); ofertar os micronutrientes essenciais ao desenvolvimento saudável da criança; facultar o crescimento das crianças (ALLEN, 2001; LEVINGER, 1986 *apud* KRIJSTJANSSON *et al.*, 2007); promover o desenvolvimento cognitivo das crianças; e melhorar sua performance acadêmica (LEVINGER, 1986 *apud* KRIJSTJANSSON *et al.*, 2007). O estudo de Krijstjansson *et al.* também afirma que “nos países em desenvolvimento a alimentação escolar visa melhorar a frequência escolar, a participação e encorajar os estudantes”.

A conclusão mencionada válida para países em desenvolvimento pode ser corroborada pela análise do programa de merenda escolar norte-americano. Segundo evidências, a partir do National School Lunch Program (NSLP) em atividade desde 1946, quando foi transformado em um programa de alcance nacional, o programa de alimentação escolar norte-americano cumpre o papel de ampliar a frequência escolar. Atualmente, o NSLP atende a todas as crianças e aos jovens do ensino elementar e secundário, cujas famílias possuam uma renda máxima entre 131% e 185% da linha da pobreza. As refeições para os alunos são subsidiadas, sendo que o Estado cobre até US\$ 1,14 do valor da refeição, dependendo do tipo de alimentação e da família beneficiária⁸ (ROSSI, 1998, p. 67).

8. Dados de 1997-1998.

Segundo estudos realizados em diversas escolas norte-americanas nos anos 1980, observa-se um aumento claro de frequência e pontualidade entre os alunos participantes do NSLP; entretanto, não foi possível concluir sobre a melhoria no rendimento destes estudantes em disciplinas como linguagem, matemática e leitura. Por outro lado, existem evidências de que os almoços dos estudantes beneficiários continham calorias e nutrientes em excesso com evidentes implicações sobre a situação de obesidade destas crianças e jovens (ROSSI, 1998, p. 76).

Um estudo mais abrangente foi realizado pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), segundo este organismo das Organizações das Nações Unidas (ONU), quando a alimentação foi oferecida nas escolas além da fome ter sido aliviada imediatamente em um ano, a frequência escolar praticamente dobrou (WFB, 2005). Logo, no que se refere a ampliação da frequência escolar há indícios claros de pontos de contato com o programa de alimentação, embora os seus efeitos objetivos na nutrição não tenham sido constatados.

De acordo com Krijstajansson *et al.* (2007), pesquisas apresentadas em encontro realizado no ano de 2000, a respeito do impacto da alimentação escolar indicaram que existe baixa evidência dos benefícios nutricionais da alimentação escolar, muito embora se possa apresentar fortes indícios de melhorias no processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar, tal como afirma MacIntyre (1992), citado por Krijstajansson *et al.*, que a alimentação escolar direciona-se muito mais aos sintomas da fome que às suas causas subjacentes. Ou seja, embora o alimento possa dar uma satisfação imediata ao estudante, as raízes da desnutrição nas crianças beneficiadas podem persistir.

O mesmo estudo encontrou efeitos positivos da alimentação escolar sobre o crescimento da massa muscular da criança em algumas situações especiais. Já em relação à capacidade cognitiva das crianças, os testes mostraram que existem efeitos de longo prazo, além de outros impactos de curto prazo como mudanças metabólicas que aumentam a oferta de energia para as crianças (KRIJSTJANSSON *et al.*, 2007, p. 23). Em termos de comportamento, a pesquisa dos autores referidos indica que houve melhoria na interação das crianças nas atividades da escola após a oferta da alimentação escolar.

Para resumir, o estudo dos autores referenciados indica que os impactos são pequenos em termos antropométricos. No entanto, ressaltamos as evidências de que a alimentação escolar trouxe uma melhoria nos indicadores relativos a inteligência, capacidade de compreensão e comportamento. Assumimos que a magnitude dos benefícios depende do desenho do programa.

Greenhalgh, Kristjansson e Robinson (2007, p. 858) em artigo publicado no *British Medical Journal*, corroboram com essas afirmações e reforçam o fato de que:

(...) apesar de se verificar que os programas têm um efeito significativo no crescimento e no desempenho cognitivo das crianças, as pesquisas realizadas tiveram muitos desenhos diferentes e foram implementadas em contextos sociais e sistemas educacionais variados, por pessoas das mais diferentes formações, culturas e crenças; e com uma ampla variação no ambiente econômico e contexto político.

As autoras mostram que uma pesquisa realizada com o fornecimento de suplementos à base de leite para estudantes na Grã-Bretanha em 1920, período de recessão, mostrou um efeito evidente sobre o crescimento das crianças. A mesma pesquisa, com o mesmo suplemento a base de leite, foi aplicada em crianças britânicas em 1970, quando não apresentou benefício significativo (GREENHALGH; KRISTJANSSON; ROBINSON, 2007, p. 859).

Ainda que reconheçamos a necessidade de uma avaliação mais detalhada a respeito dos impactos dos programas de alimentação escolar sobre variáveis como: peso, altura, desenvolvimento cognitivo e melhorias nutricionais em geral, é importante reconhecer que os impactos existem e que os desenhos das políticas devem abrir possibilidades que permitam maximizar estes efeitos positivos almejados pela alimentação escolar. Vale lembrar que em muitos casos uma boa alimentação escolar pode influenciar a mudança de hábitos alimentares da família, mas também pode acontecer de a alimentação na escolar induzir uma redução da quantidade de alimento servido a esta criança em seu lar (GREENHALGH; KRISTJANSSON; ROBINSON, 2007, p. 860).

Na próxima seção, faremos um panorama das características principais dos programas de alimentação escolar em diferentes países da América Latina.

4 O "ESTADO DA ARTE" DOS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, os programas de alimentação escolar já possuem algumas décadas de existência. O Uruguai apresenta o mais antigo, com o surgimento datado do começo do século XX, sendo que os demais pertencem aos anos 1950 e 1960 (COHEN; FRANCO, 2005). Apesar do caráter pioneiro destes programas, a desnutrição ainda se apresenta com alta incidência na região como um verdadeiro problema de saúde pública ainda não solucionado.

Os eixos gerais perseguidos pelos PAEs são: o alívio da pobreza no curto prazo associado à melhoria nos níveis nutricionais e a manutenção das crianças na escola. Ao mesmo tempo, estes programas, para terem efetividade, demandam fortemente investimentos em infraestrutura – saneamento básico, energia elétrica, meios de transporte etc. – além de serem dependentes de uma coordenação institucional que pode estar nos âmbitos da sociedade civil, governo ou mesmo de organismos internacionais.

Segundo a FAO (2007), os PAEs são fundamentais para reduzir a pobreza e a desigualdade econômica e social, tendo em vista que:

- Provém alimento seguro e sustentável aos menores em idade escolar, incentivam maior participação das crianças na escola e auxiliam na redução do abandono escolar e das dificuldades de aprendizagem.
- Oferecem um percentual importante de calorias, proteínas e vitaminas que as crianças necessitam para obter melhor nutrição.
- Auxiliam a integração social e comunitária, contribuindo com a formação de capital social via participação de pais, professores e autoridades locais no processo de distribuição, armazenamento, preparação e entrega de alimentos.
- Oferecem oportunidade de aprendizagem e inovação pedagógica ao envolver diferentes atores no processo.
- Contribuem para mobilização de recursos locais por meio da compra de alimentos de pequenos produtores e utilização de recursos originários da comunidade.
- Promovem a inserção de crianças e indígenas na escola e comunidade, integrando enfoques de gênero sem discriminação por raça.
- Nos casos em que estão associados aos programas de saúde, contribuem para maior participação da comunidade em programas de saúde e nutrição.

Em relação a esta lista, podemos acrescentar mais dois aspectos de grande importância para o desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, do ponto de vista econômico, os programas de alimentação escolar, quando bem desenhados, permitem o fechamento do circuito de geração de renda e distribuição dos benefícios, promovendo o desenvolvimento local e evitando transbordamentos desta renda. Em segundo lugar, do ponto de vista do “empoderamento”, estes programas promovem a transparência nas relações sociais aproximando o poder público com os pais de alunos e a sociedade civil organizada. Em resumo, a gestão local dos recursos da alimentação escolar reforça o sentimento de *pertencimento* comunitário.⁹

Na América Latina, os programas de alimentação escolar generalizaram-se nos anos 1950, a partir de repasses de recursos e alimentos provenientes da ajuda humanitária internacional, por exemplo, o programa PL 480 dos Estados Unidos.

9. Conforme definição apresentada por Cepal (2007b, p. 39), o sentimento de pertencimento pode ser medido objetivamente por cinco indicadores, a saber: reconhecimento multicultural por parte da sociedade, confiança nas instituições do Estado, espaços de participação, expectativas sobre o futuro e solidariedade.

Segundo Levine (2008), a doação de alimentos tinha como objetivo reduzir o superávit de produção dos agricultores norte-americanos e já havia sido aplicada durante os anos 1930, nos Estados Unidos, para garantir a alimentação escolar. Nos anos 1950, no contexto da Guerra Fria e visando alimentar o terceiro mundo, o Congresso norte-americano aprovou a doação de alimentos como forma de conter os movimentos revolucionários que começavam a emergir em vários países da região. Milhares de toneladas de trigo, milho e leite em pó foram enviados aos países com nomes de sugestivos programas como *Aliança para o Progresso e Alimentos para a Paz*. Relatórios do governo Johnson, nos anos 1960, mencionados por Levine, indicam que praticamente nada se sabia entre os doadores acerca dos hábitos alimentares das populações que iriam receber os alimentos doados.

Em 1962, a ONU criou o Programa Mundial de Alimentos, organismo voltado para o desenvolvimento de programas emergenciais de doação. Em pouco tempo, o PMA passou a administrar uma parte importante dos excedentes norte-americanos, sendo que os Estados Unidos transformaram-se no principal doador. Segundo Marchione (2002), aproximadamente metade do que o PMA faz como doação atualmente vem dos Estados Unidos. Muito embora o PL 480 tenha um orçamento anual aprovado pelo Congresso, a ajuda alimentar norte-americana pode extrapolar este total sempre que houver excedentes agrícolas sem colocação no mercado (MARCHIONE, 2002, p. 210). Os programas de alimentação escolar em boa parte da América Central foram estruturados com base nos excedentes americanos, à semelhança dos programas dos anos 1930. Mais tarde, em 1946, os países da América Central passaram a orientar-se no programa nacional norte-americano, após a institucionalização do National School Lunch Program nos Estados Unidos (BICKEL & ANDREWS, 2002). Posteriormente, estes programas foram transferidos para a administração do PMA. Atualmente, o PMA sustenta programas de alimentação escolar em 74 países atendendo 21,7 milhões de estudantes em 2005.¹⁰

A partir do documento *Programas de Alimentación Escolar en América Latina y el Caribe*,¹¹ é possível reter que, entre os países analisados,¹² o Brasil é o único que apresenta um desenho de PAE de caráter puramente universal, em que todas as crianças que frequentam escolas da rede pública nos níveis da pré-escola e educação primária recebem refeições, cujo fornecimento tem frequência anual, embora a lei garanta a alimentação para apenas e tão somente os 200 dias letivos.

10. Disponível em: <http://www.wfp.org/food_aid/school_feeding/Docs/WFP%20Sffactsheet%20SP06.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2008.

11. Preparado para o escritório regional da FAO para a América Latina e o Caribe, com nossa participação durante o ano de 2007.

12. Os países analisados pelo documento foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guatemala, Honduras e México.

Os demais países apresentam programas focalizados, seja no quesito renda ou em termos geográficos. Dessa maneira, apenas os grupos mais pobres ou de regiões escolhidas recebem a merenda escolar. Por exemplo, a Bolívia focaliza seus programas em duas províncias, já a Colômbia focaliza o programa em áreas rurais e em localidades em que existe maior diversidade étnica. Outros países oferecem a merenda escolar por poucos dias durante um ano e, ao mesmo tempo, oferecem exclusivamente o café da manhã ou almoço – quase não oferecendo ambos –, como podemos verificar no caso do Equador. Já o Chile apresenta um programa de caráter universal em termos territoriais, mas com seleção baseada na renda das famílias dos estudantes. O Chile parte de um PAE com uma proposta universal; porém, com desenho focalizado em que somente os estudantes de renda mais baixa obtêm o acesso à alimentação. Este programa é administrado de forma centralizada pela Junta Nacional de Auxílio Escolar e Becas (JUNAEB), encarregada de fazer as compras da merenda e definir os beneficiários do programa.

Conforme dados do inventário realizado pela América Latina Red de Alimentación Escolar (LA-RAE),¹³ em dezembro de 2005, entre os países latino-americanos, somente o Peru – além do Brasil – deixou de ter ajuda internacional para os seus PAEs. Ao mesmo tempo, este levantamento aponta que somente o Brasil possui um programa de atendimento universal, que funciona com recursos integrais originários de orçamentos públicos. Os demais países têm estratégias diferenciadas de focalização, as quais priorizam um ou mais critérios, como municípios com alto índice de pobreza, presença de escolas, locais em que os níveis de frequência escolar são baixos, áreas rurais e regiões com populações originárias. Nos países que optaram pela focalização, a seleção dos beneficiários é feita por meio de indicadores de pobreza e carências materiais. De modo geral, comparando-se a situação dos países na América Latina, os PAEs alcançam uma cobertura em torno de 40% para alunos da pré-escola e ensino básico (TURPIN, 2008), o que pode ser considerado muito baixo.

A respeito dos programas internos de cada país, Abreu (1995) apresentou uma classificação em três grupos de países da América Latina:

1. Aqueles com economias menos complexas, de baixa industrialização, em que não há tradição de intervenção do Estado na área social e a execução do programa de merenda escolar é focalizada e centralizada, existindo grande dependência externa, em que se enquadravam Bolívia, Equador, Peru, Nicarágua e Guatemala.

13. Rede de pesquisadores, empresas e gestores envolvidos na alimentação escolar com a América Latina.

2. Os países com uma economia mais desenvolvida, cujos exemplos são a Colômbia, a Venezuela e o Chile, em que a merenda ainda é administrada de forma altamente focalizada e centralizada, embora com maior flexibilidade de gestão que os primeiros.
3. Os países que, assim como o Brasil, possuíam já no momento do estudo economias mais diversificadas, com significativa industrialização, em que as políticas de alimentação escolar decorriam de uma longa história de atuação do Estado na área social, caracterizando-se por baixo financiamento externo.

Na América Latina, tornou-se unânime o estabelecimento do objetivo principal dos programas como sendo a promoção da equidade no sistema educacional. O objetivo de equidade poderia ser alcançado a partir dos PAEs, uma vez que estes contribuem para a melhoria no acesso, a permanência e as habilidades de aprendizagem dos escolares mais vulneráveis, bem como a garantia das suas necessidades nutricionais, particularmente de carências específicas – ferro, vitamina A, iodo e cálcio. Com isso, estes alunos estariam em igualdade de condições com os outros escolares que se alimentam regularmente, desde que os programas se estabelecessem de forma regular e com um aporte alimentar significativo. O México, por exemplo, enfatiza a equidade de gênero no desenho do seu PAE. Bolívia e Colômbia almejam o fortalecimento da pequena produção agrícola com a compra local, enquanto outros visam ao desenvolvimento de hortas escolares, como é o caso da Argentina.

Em resumo, são poucos os países do mundo que possuem programas de merenda escolar de alcance verdadeiramente universal. Na América Latina, apenas três países possuem programas de merenda escolar com expressão nacional e ampla cobertura: Brasil, Chile e Panamá. Embora no Chile, assim como nos Estados Unidos, a alimentação escolar não possua características universais, pois só está disponível para os alunos que se declaram ou são considerados pobres. Nos demais países da América Latina, a merenda escolar não tem cobertura nacional – são programas localizados, não atendem todos os dias do ano letivo e também não dispõem de fontes de financiamento fixas e constantes ao longo do tempo, com base em legislação.

Em seguida, apresentamos um quadro resumindo as principais características dos PAEs em países da América Latina, segundo os últimos dados disponíveis.

QUADRO 1
Caracterização dos programas de alimentação escolar na América Latina¹

| País | Ano de início | Focalizado/universal | Alunos beneficiados (10 ³) | Cobertura | Gasto anual (US\$ 10 ⁶) ² | Gasto dia/aluno (US\$) | Tipo de alimentos | Dias/ano |
|----------------------|--------------------|----------------------|--|----------------------|--|------------------------|----------------------------|--|
| Argentina | 1964 | F | 1.978 | Básica | 75 | 0,15 | Desjejum e almoço | 200 dias |
| Bolívia | 1996 | F ³ | 1.274 | Básica | 20,2 | 0,08 | Desjejum | Sem inf. |
| Brasil ⁴ | 1954 | U | 34.600 | Pré-escolar e básica | 1.490 ⁵ | 0,13 | Lanches ou almoços | 200 dias |
| Colômbia | 1941 | F | 2.612 | Pré-escolar e básica | 39,2 | 0,08 | Desjejum, lanche e almoço | 142 ⁶ |
| Costa Rica | Sem inf. | F | 666 | Pré-escolar e básica | 20,9 | 0,30 | Desjejum e almoço | Sem inf. |
| Chile | 1964 | U ⁷ | 2.835 | Pré-escolar e básica | 165,7 | 0,50 | Desjejum e almoço | 180 dias |
| Equador | 1987 | F | 2.189 | Básica | 30,1 | 0,12 | Desjejum e almoço | Apenas parte do ano escolar ⁸ |
| Guatemala | 1956 | F | 2.706 | Pré-escolar e básica | 27,2 | 0,09 | Lanche | Sem inf. |
| Honduras | 1970 | F | 1.826 | Básica | 9,9 | 0,57 | Desjejum | 200 dias |
| México | 1960 | F | 18.351 | Básica | 286,4 | 0,26 | Desjejum | Sem inf. |
| Nicarágua | 1994 ⁹ | F | 938 | Pré-escolar e básica | 4,9 | 0,06 | Lanche | Sem inf. |
| Panamá ¹⁰ | Sem inf. | U | 473 | Básica | 18,7 ¹¹ | 0,26 | Leite e bolachas e almoços | 150 dias |
| Paraguai | Sem inf. | F | 1.384 | Básica | 5,0 | 0,05 | | Sem inf. |
| Peru | 1950 ¹² | F | 4.508 | Pré-escolar e básica | 75,4 | 0,13 | Desjejum e almoço | Sem inf. |
| Uruguai | 1910 | F | 405 | Básica | 16,6 | 0,39 | Desjejum, lanche e almoço | Sem inf. |
| Venezuela | Sem inf. | F | 5.427 | Básica | 55,8 | 0,38 | Desjejum, lanche e almoço | Sem inf. |

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Esta tabela foi construída com base em estudo desenvolvido por Zepeda (2008), Infante Barros (2005) e FAO (2007).

Os dados foram compilados basicamente a partir de dados de 2007, apenas o caso do Brasil é que apresentou dados atualizados para 2008.

² Do governo central, exceto Brasil, com estimativa de contribuição dos estados e municípios.

³ Em artigo retirado do *site* <<http://www.oei.es/noticias/spip.php?article1303>>, tem-se que a Bolívia irá promover a universalização do PAE. O artigo é datado de 5 de novembro de 2007.

⁴ PNAE do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)/Ministério da Educação (MEC) para 2008. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

⁵ Considerando-se o gasto de R\$ 1,6 bilhão do governo federal com uma complementação integral deste valor, segundo a lei, cumprido por apenas 50% dos municípios. Transformado em dólares ao câmbio médio de 2008 de R\$ 1,90/US\$.

⁶ Dados para 2006, informação retirada do documento da FAO (2007).

⁷ O programa é considerado universal porque qualquer aluno da rede de ensino do Chile tem direito de pedir a alimentação escolar; entretanto, existe um critério de seletividade que coloca que apenas os alunos carentes, com renda abaixo de um determinado patamar, terão acesso à alimentação escolar. Portanto, o programa pode ser classificado como universal com critério de seletividade.

⁸ O dado mais recente coloca a oferta de 88 dias de desjejum e 54 dias de almoço, este dado foi coletado para o ano de 2004 (FAO, 2007).

⁹ Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1010/912>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

¹⁰ Ministério de Educação do Panamá (Meduca) para 2007.

¹¹ Média dos anos 2005-2007.

¹² Nasceu com ajuda da United States Agency for International Development (USAID), via programa Alimentos para o Desenvolvimento. Ver Martinez (2005).

Acompanhando a situação dos programas de alimentação escolar na América Latina, observamos alguns movimentos recentes que poderão alterar o quadro apresentado:

Há informações que, no caso da Bolívia,¹⁴ o governo haveria encaminhado uma lei que garantiria a universalização do Programa de Alimentação Escolar, a partir de 2007. Os recursos para o financiamento desta expansão viriam das rendas decorrentes do aumento dos preços do gás natural extraído do solo boliviano. Entretanto, não há informações sobre os desdobramentos desta lei nem de seus impactos no período recente.

No caso da Nicarágua, em 1994, foi iniciado o Programa Integral de Nutrición Escolar,¹⁵ o qual deu um caráter permanente com temporalidade indefinida ao PAE na Nicarágua. Este programa procura reunir as várias ações pulverizadas existentes na Nicarágua, com objetivos semelhantes ao PAE, mas que tiveram seu surgimento datado de 25 a 30 anos atrás.

Recentemente no Uruguai, o governo anunciou uma diferenciação na alimentação servida por tipo de escola e região. A alimentação escolar teria oferta universal, mas ocorreriam distinções.¹⁶ Por exemplo, nas escolas rurais, todas as crianças receberiam almoço diário; já nas escolas especiais, com jornada de oito horas diárias, todos os alunos receberiam desjejum, almoço e merenda, enquanto nas escolas urbanas, o almoço seria servido de acordo com a demanda.

O objetivo do quadro 1 foi apresentar um breve panorama das ações para alimentação escolar na América Latina, cujo objetivo maior foi a descrição da situação destas intervenções e a demonstração da enorme heterogeneidade que existe entre estes países no que se refere à cobertura, valores de refeição escolar e público beneficiado. Além disso, o quadro visou corroborar com os objetivos deste artigo, qual seja, o de apontar as características centrais dos PAEs em praticamente todos os países da região e indicar que, dado o caráter generalizado destes programas, muito embora a sua heterogeneidade, estes poderiam ser utilizados como ferramenta para promover melhorias nutricionais às crianças latino-americanas e dinamizar as economias locais.

5 CONCLUSÕES

Este artigo procurou demonstrar a abrangência dos programas de alimentação escolar na América Latina e suas possibilidades enquanto instrumentos de melhoria na educação de crianças e adolescentes. O artigo apresentou evidências de que a alimentação escolar tem potencial para melhorar a situação nutricional do público escolar, desde que as refeições sejam oferecidas em número e quantidade suficientes. Ademais, observou-se, tendo em vista os casos estudados, que, quando articulada à produção local, a alimentação escolar pode ser um poderoso instrumento de dinamização local.

14. Disponível em: <<http://www.oei.es/noticias/spip.php?article1303>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

15. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1010/912>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

16. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1003/906>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

Existem muitos modelos de programas adaptados às realidades locais e restritos à capacidade financeira dos governos. Entretanto, para enfrentamento da questão da pobreza e fome na América Latina, é essencial que haja uma complementação de esforços entre as comunidades, entidades governamentais e agências multilaterais, de maneira a avançar no sentido da promoção de melhorias nos sistemas educacionais incluindo o apoio à saúde e à infraestrutura. Os PAEs poderiam ser o motor e a *pedra de toque* destas mudanças.

Outro aspecto essencial dos PAEs refere-se à sua gestão. A observação dos casos latino-americanos mostrou que são majoritariamente focalizados, indicando que poucos destes programas são descentralizados ao nível de região e geridos democraticamente. A descentralização faculta o atendimento diferenciado dos diversos grupos sociais, a promoção da capacitação e a educação nutricional; e incorpora os programas de saúde e nutrição por meio de uma dieta rica e capaz de manter o respeito às tradições locais.

Os levantamentos já realizados sobre o tema na América Latina destacam o caso do Brasil com um programa de alimentação escolar de desenho universal e descentralizado, cujos aportes de recursos são completamente definidos por orçamento do governo federal com perenidade garantida por lei. Outros países como Panamá e Chile possuem programas de abrangência nacional, mas no caso do Chile, sua ação é direcionada, ou seja, há um processo de seletividade e focalização na oferta do programa de alimentação escolar.

Tendo em vista o cenário de um permanente aumento nos preços dos alimentos, a alimentação escolar apresenta-se como elemento crucial e um dos pilares de uma política social para os países de baixa renda. Como observamos, a alimentação escolar garante o acesso mínimo das crianças à alimentação combatendo a fome imediata, ao mesmo tempo em que pode permitir a dinamização das economias locais. No longo prazo, a melhoria nos níveis nutricionais das crianças depende de outros fatores, como a renda das famílias, a saúde e outros investimentos em infraestrutura. Ainda que não existam dados consolidados a respeito dos impactos da alimentação escolar sobre nutrição e rendimento escolar das crianças, é importante utilizar a alimentação escolar para aumentar os efeitos positivos sobre os três eixos que a política pode afetar, quais sejam: desenvolvimento local, aproveitamento escolar e ampliação da segurança alimentar da população.

Os PAEs aplicados na América Latina são muito heterogêneos e, com isso, seus resultados dependem em muito dos seus desenhos. O texto buscou indicar a importância de um programa de alimentação escolar em países nos quais persistem a mortalidade infantil e a fome. Em termos de resultados, demonstramos que os PAEs promovem ampliação da frequência escolar, mas efeitos nutricionais precisam ainda ser melhor investigados. No que se refere à dinamização local, podemos perceber que os municípios que fizeram localmente as compras para a merenda escolar conseguiram ampliar a renda da sua população e dinamizaram o comércio regional.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. *Alimentação escolar na América Latina: programas universais ou focalizados/políticas de descentralização*. Em *Aberto*, Brasília, ano 15, n. 67, p. 21-32, jul./set. 1995. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1003/906>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Nutrição*, v. 21, n. 3, 2009.

BICKEL, G. W.; ANDREWS, M. S. A evolução do Programa de Cupom Alimentação e a mensuração da fome dos Estados Unidos. In: TAKAGI, M.; GRAZIANO S. J.; BELIK, W. (Org.). *Combate à fome e à pobreza rural*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002. p. 33-74.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). *Social Panorama of Latin America*. Santiago, Chile, 2007a.

_____. *Cohesión Social: inclusión y sentido de pertenencia en America Latina y el Caribe*. Santiago, Chile: Cepal/Secretaria Ibero-Americana (SEGIB), 2007b.

CHONCHOL, J. Soberania Alimentar. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-48, set./dez. 2005.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Seguimiento y evolución del impacto de los programas de protección social basados en alimentos en América Latina y el Caribe*. Santiago, Chile: Cepal, 2005.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *Brazil: major lessons from Fome Zero*. Santiago, Chile, Aug. 2006.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *Programas de alimentación escolar en América Latina y el Caribe*. 2007. Mimeografado.

GAVENTA, J. Foreword. In: CORNWALL, A.; COELHO, V. S. P. (Ed.) *Spaces for change? The politics of citizen participation in new democratic Arenas*. London: Zed Books, 2007.

GREENHALGH, T.; KRISTJANSSON, E.; ROBINSON, V. *Realist review to understand the efficacy of school feeding programmes* [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://resources.bmj.com/bmj/subscribers>>. Acesso em: nov. 2007.

INFANTE BARROS, A. Inventario de los programas de alimentación escolar en América Latina. *Informe Final*. Programa Mundial de Alimentos, FAO, 2005. Mimeografado.

KRISTJANSSON, E. *et al.* School feeding for improving the physical and psychosocial health of disadvantaged elementary school children. *Cochrane Database System Review*, 2007. Disponível em: <<http://lib.bioinfo.pl/pmid:17253518>>.

- LEVINE, S. *School Lunch Politics: the surprising history of Americas favorite welfare programe*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.
- LUGO, B. Nicarágua: programa integral de nutrición escolar. *Em Aberto*, Brasília, v.15, n. 67, jul./set. 1995. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1010/912>>. Acesso em: 25 ago. 2008.
- MARCHIONE, T. J. Food provide through US government emergency food aid programs: policies and customs governing their formulation. *Selection and Distribution Journal of Nutrition*, n. 132, p. 2.104-2.111, 2002.
- MARTINEZ, R. *Hambre y desiguald en los países andinos: la desnutrición y la vulnerabilidad alimentaria en Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú*. Cepal: Santiago, Chile, 2005 (Serie Politicas Sociales, n. 112).
- MELGAR-QUINOMEZ, H. R. *et al.* Psychometric properties of a modified US Household Food Security Survey Module in Campinas. *European Journal of Clinical Nutrition*, Brazil, p. 1-9, 2007.
- REVIEW OF WFP SCHOOL FEEDING PROGRAMS. School feedings programs in Latin America: a review of World Food Programme Interventions in Ecuador, Honduras and Bolivia. *Final Report*, Duke Center for International Development Sanford Institute of Public Policy Duke Universit, June, 2005.
- ROSSI, P. H. *Feeding the Poor: assessing federal food aid*. Washignton: The AEI Press, 1998.
- STEFANINI, M. L. R. *Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- TURPIN, M. E. *A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia da segurança alimentar*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). *WFO head calls on leaders to support universal school feeding for world's poor children*, 2005. Disponível em: <<http://www.wfp.org/english/?ModuleID=137&Key=464> 2005>. Acesso em: 18 ago. 2008.
- ZEPEDA, A. O. N. *Alimentación en las Escuelas de América Latina: recomendaciones para mejorar su efectividad*. FAO: Santiago, Chile, Sep. 2008 (Working Paper, n. 5). Disponível em: <www.rlc.fao.org/iniciativa/wps.htm>. Acesso em: 15 nov. 2008.